



A psicanálise da norma: Arthur Ramos e a Liga Brasileira de Higiene Mental

The psychoanalysis of the norma: Arthur Ramos and the Brazilain League of Mental Hygiene League

Fernando Figueira Nascimento
Belinda Piltcher Haber Mandelbaum
Universidade de São Paulo
Brasil

Resumo

Este artigo analisa os textos publicados por Arthur Ramos nos Archivos Brasileiros de Higiene Mental, periódico mantido pela Liga Brasileira de Higiene Mental. *A technica da Psychanalise infantil* (1933), *O furto dos escolares* (1934) e *A educação physica elementar (sob o ponto de vista da caracterologia)* (1935), conceituam ações terapêuticas e corretivas como fundamentais para a prevenção da doença mental e afirmam as aproximações entre a higiene mental, a psicanálise e a educação. Nossa problematização é compreender como os saberes psicológicos figuraram entre os elementos da expansão do poder psiquiátrico no Brasil. Nosso método consistiu na descrição das elaborações teóricas e, para nossa análise, trabalhamos com as noções propostas por Foucault sobre a constituição dos dispositivos disciplinares. Por fim, destacamos a sexualidade infantil e a infância como categorias políticas que significavam, enquanto objeto de intervenção, a garantia da modernização do país e a superação dos elementos irracionais.

Palavras-chave: história da psicologia; história da psicanálise; higiene mental

Abstract

This article analyzes the texts published by Arthur Ramos in the Brazilian Archives of Mental Hygiene, a journal maintained by the Brazilian League of Mental Hygiene. *The Technique of Child Psychanalysis* (1933), *The Theft of Schoolchildren* (1934) and *Elementary Physical Education (from the point of view of characterology)* (1935), conceptualize therapeutic and corrective actions as fundamental for prevention of mental illness and affirm the approximations between mental hygiene, psychoanalysis and education. Our problem is to understand how psychological knowledge was among the elements of the expansion of psychiatric power in Brazil. Our method consisted in describing the theoretical elaborations and, for our analysis, we work with the notions proposed by Foucault on the constitution of the disciplinary devices. Finally, we emphasize child sexuality and childhood as political categories that meant, as an intervention object, the guarantee of the modernization of the country and the overcoming of irrational elements.

Keywords: history of psychology; history of psychoanalysis; mental hygiene



Introdução

Nos anos de 1930, vivíamos ainda os tempos recentes da República¹. A sua proclamação, assim como a abolição da escravidão, provocaram grandes mudanças na organização sócio-política brasileira (Russo, 1998; Carvalho, 2015). Mesmo que aqui possamos somente mencionar as características gerais destas mudanças, o aumento exponencial da população urbana teve por consequência a amplificação dos antigos problemas estruturais das cidades: as dificuldades no abastecimento de água e de higiene; as epidemias de varíola e febre amarela juntaram-se à malária e a tuberculose; o aumento do custo de vida e a chegada dos imigrantes acirrava a luta pelos poucos empregos e agravava os problemas de habitação (Carone, 1974; Carvalho, 2015).

Viviam-se, desde o século anterior, as controvérsias a respeito do Homem e de sua natureza e a quebra dos antigos costumes e valores morais era percebida como um risco para a sociedade, o que se somava ao trânsito de toda uma população considerada como potencialmente perigosa: os escravos libertos, os capoeiras, os ladrões, os ciganos, os ambulantes, os desertores, as prostitutas, os anarquistas, os loucos etc (Carvalho, 2015; Schwarcz, 2017).

Se, conforme Carvalho (2015), o problema central a ser resolvido pelo novo regime era a construção de um novo pacto de poder que substituísse o arranjo imperial, “é necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social” (Holanda, 2014, p. 221). E, neste sentido, segundo Holanda (2014), todo o pensamento liberal-democrático brasileiro, em fins do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, poderia resumir-se na frase de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Tal ideia sustenta que “o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens, subordinando, assim a qualidade à quantidade” (p. 221).

Segundo Foucault (2005), a organização dos Estados e a implantação do capitalismo industrial, fez emergir um novo tipo de poder. Este poder disciplinar definiu um novo código que não era especificamente de novas leis, ainda que se relacione intimamente com o Direito, mas sim de normalização dos comportamentos e que tinha as ciências humanas como campo teórico fundamental. Pois, “o

¹ Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado em andamento no Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho, da Universidade de São Paulo. Ela que tem como objetivo analisar o texto *Introdução à Psicologia Social* de Arthur Ramos (1936/2008), trabalho que foi fundamental para a construção da Psicologia Social no Brasil e era o resultado direto das aulas que seu autor ministrou um ano antes na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Nele encontram-se conceitos que relevam a articulação entre a Psicologia Social da época e a Psicanálise e que direcionam nossa pesquisa: a identidade social, o desajustamento e o inconsciente primitivo. Esperamos que em breve possamos apresentar novos desdobramentos deste trabalho.



desenvolvimento da medicina, a medicalização geral do comportamento, das condutas, dos discursos, dos desejos, etc., se dão na frente onde vêm encontrar-se os dois lençóis heterogêneos da disciplina e da soberania” (p. 46).

Se a abertura do Hospício Nacional dos Alienados, em 1852, significou a entrada do país na modernidade, na constituição do discurso psiquiátrico no Brasil, em consonância com o tratamento moral que implicava também o poder disciplinar, o hospício era o lugar do exercício de sua ação terapêutica. A correção da loucura enquanto falseamento da realidade e predomínio das paixões sobre a razão e a vontade, fazia entrar em cena um conjunto de dispositivos que eram a expressão do poder disciplinar sobre os indivíduos em sua relação dicotômica com a sociedade. O isolamento, o confronto com a verdade, a organização do espaço terapêutico, a vigilância, a distribuição do tempo, a repressão, o controle e a individualização possuíam a função de transformar os indivíduos através da gestão de sua existência e a imposição de normas de conduta aos comportamentos desregrados no interior da instituição asilar (Machado, Loureiro, Luz & Muricy, 1978).

A demanda pela presença de elementos normativos que se dedicassem à análise dos indivíduos subordinando-os à preservação da sociedade, frente ao sempre presente temor de uma hecatombe ou esfacelamento social (Furtado, 2007; Duarte 2012), conduziu à elaboração de diferentes dispositivos² de disciplinarização e controle dos corpos que, inspirados pela higiene pública, deveriam dedicar-se à prevenção da doença mental e ao ajustamento dos indivíduos. Assim, nas primeiras décadas do século XX a noção de prevenção da doença mental e a preocupação com o caráter e a identidade nacional fez entrar em cena o interesse pela infância e pela sexualidade infantil.

As aproximações entre os discursos médico-higienista e o pedagógico-moral das primeiras décadas do século XX, na Liga Brasileira de Higiene Mental, apoiavam as ações que psiquiatras e higienistas³ chamavam de promoção de saúde e prevenção da doença mental, o que significou uma das formas de recepção da psicanálise no Brasil e a extensão do poder psiquiátrico para além dos muros asilares.

Tendo em vista este interesse, que ocupou muitos dos higienistas brasileiros, nosso artigo tem o objetivo de analisar os textos publicados por Arthur Ramos nos

² Agamben (2014), resumiu a noção de dispositivo presente na obra de Foucault em três pontos. Primeiro, dispositivo, já no período genealógico dos estudos do filósofo francês, é um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico que inclui discursos, instituições, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, e que constitui como um tipo rede no tecido social. Segundo, o dispositivo teria uma função estratégica concreta e se presentifica nas relações de poder. Por último, Agamben escreveu que o dispositivo resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber.

³ É importante lembrar que, entre os quadros que compunham a Liga e suas comissões, encontramos também advogados, pedagogos, representantes do funcionalismo público, do governo e dos setores comercial e industrial.



Archivos Brasileiros de Hygiene Mental - ABHM, periódico mantido pela Liga Brasileira de Hygiene Mental – LBHM, durante os anos de 1925 e 1947.

Arthur Ramos de Araújo Pereira nasceu na cidade de Pilar, no ano de 1903, no Estado de Alagoas, e desde a década de 1920, mas principalmente a partir dos anos de 1930, destacou-se nos campos da antropologia, da psicologia social e da psicanálise no Brasil. Os seus trabalhos defendiam uma contraposição às teorias sobre a degeneração racial que a definiam como a causa central dos diversos problemas da sociedade brasileira. Em especial, durante os anos de 1930, a psicanálise, em sua perspectiva, significava a abertura para a função de educar e melhorar o que havia sido corrompido pelas condições sociais (Tamano, 2013).

Nos ABHM, Ramos publicou três artigos entre os anos de 1933 e 1935 que tratavam da teoria e técnica psicanalítica em sua relação com os princípios da higiene mental. *A technica da Psychanalyse infantil* (Ramos, 1933b), *O furto dos escolares* (Ramos, 1934) e *A educação physica elementar (sob o ponto de vista da caracterologia)* (Ramos, 1935), além de considerarem as ações terapêuticas e corretivas na infância como fundamentais para a prevenção da doença mental, delineavam as intersecções, as potencialidades e os limites entre a higiene mental, a psicanálise e a educação.

O primeiro número dos Archivos foi lançado no ano de 1925 e delineavam os interesses os objetivos dos higienistas em fazer circular os princípios da higiene mental, sobretudo “difundir nas camadas populares as normas de hygiene neuro-psychica já sancionadas pela unanimidade dos especialistas” (LBHM, 1925, p. 1).

E como possivelmente, no Brasil tão vasto, existam ainda pessoas cultas não informadas das verdadeiras “directrizes da prophylaxia mental entre nós” (Juliano Moreira) ou do esforço extraordinário das realizações de Gustavo Riedel, pretendem ser os “Archivos” não só o repositório do que se publique sobre o assumpto em nosso meio, ou alhures, mas também, si possível, um núcleo de attracção de proselytos, no amplo domínio dessa Hygiene Mental, que com justo direito aspira tornar-se “a moral universal do amanhã” (LBHM, 1925, p. 1).

A leitura dos artigos publicados pelos Archivos demonstra não só a abrangência de temas considerados fundamentais para o avanço da higiene mental⁴, mas também a pretensão do alcance da atuação dos psiquiatras no que se refere às propostas de intervenção na sociedade que resultava em uma apropriação dos corpos em todas as suas manifestações sociais. Neste movimento, dois fatores são importantes: os discursos psicológicos são considerados como saberes propedêuticos para a psiquiatria

⁴ Ao mesmo tempo, as campanhas contra o alcoolismo, as preocupações com o processo de trabalho e a identificação das aptidões dos trabalhadores, o exame pré-nupcial, a validação de testes psicológicos e as clínicas de ortofrenia e eufrenia estavam em consonância com os objetivos de consolidar uma sociedade fundada nos princípios da higiene mental e da eugenia.



e a higiene mental; a infância torna-se objeto privilegiado da atuação dos psiquiatras no que se refere à prevenção do adoecimento. A doença mental, que significava o desajustamento social dos indivíduos, significaria a impossibilidade de corresponder com ações exigidas no trabalho, na família e no corpo social (Ramos, 1933a, 1937). Conforme Ramos (1954),

O objetivo inicial da Higiene Mental era a prevenção das doenças mentais pelo estudo e afastamento de todas as causas que conduzem à alienação mental. Mas em pouco esses objetivos se ampliaram. Houve uma mudança de eixo: da cura das psicoses à prevenção da doença mental; da assistência ao alienado à proteção do homem "normal", no estudo largo dos seus desajustamentos psico-sociais. A personalidade humana vive dentro de conflitos e desajustamentos de toda a natureza: emocionais, sociais, domésticos, culturais... (...) desde cedo se verificou que estava na infância o principal campo da higiene mental (p. 20).

Considerando a importância da atividade psíquica, entrelaçada ao funcionamento físico do organismo, Fontenelle (1925) escreveu que

Essa hygiene mental apresenta duas faces: uma, tendo em vista o trabalho defensivo contra as causas de degeneração psychica, é a prophylaxia mental; outra, procurando preparar o equilíbrio de adaptação entre a mentalidade individual e o meio physico e social, é a hygiene mental propriamente dita (p. 01).

Nesta perspectiva, a educação infantil, em seu aspecto global, foi considerada fundamental para a preparação das crianças para a vida adulta e, na medida em que o interesse dos psiquiatras alcançava a infância e a sexualidade infantil, o discurso psicológico também emergiu como possibilidade de ser a base científica da higiene mental, da mesma forma que a fisiologia se tornou o fundamento da saúde física (Fontenelle, 1925; Radecki, 1925).

É ainda importante notar que, ao defender a noção de prevenção da doença mental, os psiquiatras, que reivindicavam para si o direito exclusivo do diagnóstico das doenças mentais, inseriram no cotidiano uma dimensão virtual do adoecimento e do desajustamento social: o selvagem repousava em toda alma (Ramos, 1936/2008). Eis a velha novidade!

Arthur Ramos e a Liga Brasileira de Hygiene Mental

Arthur Ramos ingressou no curso superior e formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1926, quando defendeu a tese *Primitivo e Loucura*, obtendo o título de Doutor em Ciências Médico Cirúrgicas. A sua tese conseguiu boa recepção no meio acadêmico brasileiro, sendo elogiada por Juliano



Moreira e outras autoridades no campo da psicopatologia e recebendo o prêmio Alfredo Brito, concedido aos trabalhos de destaque por sua originalidade e qualidade (Tamano, 2013). Neste trabalho, um excerto de seu amplo projeto que objetivava analisar as relações entre a psiquiatria e o folclore, podemos encontrar as direções que conduziram os seus estudos pelo menos até o fim dos anos de 1930: o interesse pela relação entre indivíduo e cultura, a psicologia dos povos e a noção de alma ancestral, que levou Ramos a elaborar o conceito de inconsciente primitivo (Schreiner, 2005).

Em 1927, Ramos iniciou seus trabalhos como médico no Instituto Médico Legal da Bahia, além de assumir a função de médico psiquiatra no Hospital São João de Deus. As duas experiências são marcantes e fundamentais para seus textos futuros sobre o negro no Brasil e suas pesquisas sobre psicopatologia (Ramos, 1933a, 1937). Ao mesmo tempo, Ramos interessava-se ainda mais pelos trabalhos de Nina Rodrigues, principalmente aqueles voltados para o estudo das populações negras, e empenhou-se na organização e divulgação de sua obra, posicionando-se como discípulo direto do médico maranhense, ainda que encontrasse em suas pesquisas pontos de discordância e erro (Ramos, 1942).

Em 1933 mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro e, a convite de Anísio Teixeira, dirigiu até 1939 o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, destinado ao atendimento dos escolares no então Distrito Federal. No mesmo ano, Ramos passou a integrar como membro efetivo a Liga Brasileira de Hygiene Mental, ainda que, como outros autores, direcionasse suas pesquisas em sentido oposto à higiene social da raça que ganhou cada vez mais força no interior da Liga (Costa, 2006).

Em quatro de setembro de 1933, conforme noticiava a Ata de reunião, Arthur Ramos, da Faculdade de Medicina da Bahia, tornou-se membro efetivo da Liga. A mesa de trabalhos na ocasião solene foi composta por Julio Porto-Carrero, Plinio Olinto e Ernani Lopes, sendo este último quem presidiu a mesa e pronunciou o breve discurso de recepção. Ernani Lopes destacava ao mesmo tempo a dedicação e a importância de Ramos para os estudos antropológicos, a medicina legal, e sua dedicação à psicanálise. Destacava ainda a sua benevolência e bondade peregrina, os seus dotes morais e a sua lealdade (LBHM, 1933a)⁵.

⁵ No mesmo número dos Archivos, a Liga noticiava a realização de um Congresso Sul-americano de Psicanálise, que aconteceria no Rio de Janeiro em 1934, por iniciativa dos professores Martim Gomes, de Porto Alegre, e José Maria Estapé, de Montevideu. A LBHM participaria do comitê de organização, sendo representada por Porto-Carrero. Os informes de congressos, grupos de estudos e cursos, a indicação e nomeação destes médicos precursores da psicanálise para membros efetivos e a ocupação de cargos administrativos, como é o caso de Porto-Carrero, que ocupou a função de vice-presidente da LBHM, nos faz compreender que a psicanálise era recebida, de maneira geral, com interesse, ainda que alguns dos higienistas expressassem desconfiança e oposição, como foi o caso de Mirandolino Caldas.



Como dissemos, é interessante observar que Ramos, no mesmo período em que se tornou membro da Liga e publicou nos ABHM, escreveu um conjunto de textos que sustentavam sua oposição às teorias da degeneração racial: *Psiquiatria e psicanálise* (Ramos, 1933a), *O folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise* (Ramos, 1934), *O negro brasileiro: etnografia religiosa* (Ramos, 1935), *Introdução à psicologia social* (Ramos, 1936/2008), que ainda que apresentem aproximações ao ideal de modernização do país conforme o higienismo da época, analisam os processos psíquicos individual e grupal em uma perspectiva contrária ao racismo científico (Schwarcz, 2017). Portanto, a noção de higiene mental presente nos textos de Arthur Ramos não adere ao racismo científico que circulou no interior da Liga, mesmo que, como veremos adiante, guarde uma dimensão normativa em acordo com os princípios da higiene mental.

A Liga Brasileira de Higiene Mental foi fundada pelo médico Gustavo Riedel no ano de 1923 com o objetivo de melhorar progressivamente a assistência psiquiátrica aos doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles. Somavam-se a este objetivo outras finalidades que, com a discussão sobre os processos de modernização e formação da identidade no país, articularam-se com o propósito de realizar um programa de higiene mental e eugênica nos domínios das atividades individual, escolar, profissional e social (LBHM, 1925).

Conforme Costa (2006):

Nos anos 30, o sujeito da Psiquiatria, o doente mental passado, presente e futuro, era o sujeito da raça ou das ideologias biologizantes e racistas. Os psiquiatras acreditavam que existia uma natureza humana, uma essência do sujeito, que podia ser entendida pela decifração das leis de hereditariedade, da noção de degeneração ou de quaisquer outros termos inventados e manipulados pelo vocabulário racista. Uma vez decodificada a essência do homem, tornava-se fácil, teoricamente, prevenir a reprodução ou propagação de seus caracteres psicossociais indesejáveis (Costa, 2006, p. 12).

Na edição dos Archivos de outubro-dezembro de 1933b, a LBHM recebia com desvanecimento a notícia de que a Liga Alemã de Higiene Psychica, fundada em 1925, passava a se chamar Liga Alemã de Higiene Psychica e Higiene Racial, sendo a assembleia para esta mudança presidida por Rudin, médico que tinha sido nomeado presidente da Liga Alemã por Frick, Ministro do Interior do Reich (LBHM, 1933b). Além da importância concedida às diretrizes eugênicas, “sentimos desvenecidos porque, desde a primeira hora nós soubemos assignalar as vantagens de se conjugarem de modo mais íntimo a Higiene Mental e a Eugenia” (pp. 335-6). Neste mesmo volume dos Archivos, conforme registrado em Ata, Ramos se comprometia a apontar temas de psicanálise em conexão com a higiene mental (LBHM, 1933b).



Alguns meses depois, em janeiro de 1934, a LBHM novamente se entusiasma com as notícias vindas da Liga Alemã. Desta vez, o entusiasmo se refere à lei alemã de quatorze de julho de 1933, que autorizava a esterilização dos doentes transmissores de tara.

No momento actual em que todo o mundo culto dos não especialistas em heredologia tomou conhecimento, com surpresa, da nova e grande lei allemã da esterilização dos degenerados, pareceu-nos da maior oportunidade fazer traduzir directamente do original para os Archivos o texto integral do referido Estatuto (LBHM, 1934, p. 54).

A lei alemã, assinada por Hitler, Chanceler do Reich, reproduzida integralmente nos Archivos, autorizava os estabelecimentos hospitalares e prisionais, médicos, administradores públicos e familiares a solicitarem o procedimento mediante a apresentação de relatório médico que seria julgado nos Tribunais de Eugenia (LBHM, 1934). Em suma, todos aqueles que sofressem de doença hereditária poderiam ser esterilizados mediante a análise dos riscos corporais e psíquicos oferecidos às gerações futuras e, portanto, à sociedade: "1) debilidade mental congênita; 2) esquizofrenia; 3) loucura circular (maníaco-depressiva); 4) epilepsia hereditária; 5) choréa hereditária (de Huntington); 6) cegueira hereditária; 7) surdez hereditária; 8) grave deformidade corporal hereditária. Pode, além, disso, ser esterilizado quem soffra de alcoolismo grave" (LBHM, 1934, p. 55).

Não foram poucas as vezes que a LBHM em suas atas ou editoriais mencionava a figura de Getúlio Vargas, seja no sentido de sua participação nas solenidades para arrecadação de fundos que custeariam as campanhas de higiene contra o alcoolismo, seja na reivindicação de seu empenho na aprovação de leis como o Exame pré-nupcial para os degenerados. A Liga "pede a atenção do Exmo Snr. Presidente da República Dr. Getulio Vargas para estas linhas e para o enorme benefício que êle poderá restar, com uma legislação adequada e inteligente, à melhoria de nossa raça" (Roxo, 1939, p. 51).

Esta observação é interessante aos nossos propósitos, já que a política educacional adotada pelo Estado Novo conduziu Ramos a afastar-se do seu cargo de direção do Serviço de Ortofrenia. Conforme escreveu no prefácio da segunda edição de *A criança problema*:

Com o advento do Estado Novo, uma falsa educação nacionalista, de imposições e restrições passou a substituir o conceito de liberdade vigiada, condição essencial para o estabelecimento das verdadeiras regras de hygiene mental. A educação humana e compreensiva nos moldes tantas vezes pregados neste livro, foi substituída pela pedagogia clássica da disciplina rígida de interdições e coações. O Serviço ainda tentou sobreviver a esse período de sombras. Mas uma santa inquisição



de bravos censores – embora não formulasse abertamente nenhuma alegação contra o Serviço – não lhe permitiu o funcionamento perfeito numa atmosfera de liberdade que é aquela onde se possa fazer realmente ciência (Ramos, 1954, p. 8).

O componente autoritário, segundo Ramos (1954), substituiria o disciplinar e normativo. Isso significava o retorno das punições, das coações e interdições. Ao mesmo tempo, o médico alagoano aponta para a perseguição inquisitorial sofrida pelo SOHM e posiciona as políticas do governo em oposição à liberdade e a própria ciência. A sua participação de Ramos na Liga não parece ter encontrado um fim formal, registrado nas Atas ou mencionado em algum editorial. Ramos parece simplesmente ter deixado de participar dos encontros da Liga e, a partir de 1935, não há registros da sua presença em reuniões, assim como não publicou novos artigos.

Referencial teórico-metodológico

Nossa problematização implica em compreender a relação entre a higiene mental, a infância e a sexualidade infantil conforme os textos de Arthur Ramos publicados nos Archivos. Desta forma, pretendemos colaborar com o entendimento sobre como os saberes psicológicos figuraram entre os elementos da expansão do poder psiquiátrico nas primeiras décadas do século XX no Brasil e, portanto, como colaboraram para o contínuo processo de medicalização da sociedade. Este último implica em fazer penetrar, nas mínimas dimensões da vida social, os discursos médicos.

Abordamos a constituição histórica dos saberes psicológicos inspirados nas proposições metodológicas apresentadas por Michel Foucault (Foucault, 2005, 2008, 2012, 2013).

Conforme Veiga-Neto (2009), Foucault nos aponta direcionamentos para uma análise arqueogenealógica sobre as formas de produção dos sujeitos modernos. Isso consiste em procedimentos técnicos, ferramentas para o desenvolvimento de descrições, análises e problematizações: “trata-se, isso sim, de uma techné que consiste numa forma muito singular de escutar a história” (p. 90). Neste sentido, conforme Faé (2004), a escuta da história implica na observação de seus acasos, suas descontinuidades, desvios ou inversões que deram origem ao que existe e possui valor em nossos dias: “se há algo a decifrar, algum segredo a desvendar, é que as coisas não têm essência, ou melhor, a suposta essência foi deliberadamente construída, a partir de situações específicas, contextualizadas histórica e socialmente” (p. 413).



Este empreendimento não significa um recuo infinito à origem dos discursos científicos e das práticas sociais emergentes na relação saber-poder. Não se trata de reencontrar as raízes de nossa identidade, mas, conforme escreveu Foucault (2013), de dissipá-las no sentido de desvelar os sistemas heterogêneos que, “sob a máscara do nosso eu, nos proibem toda identidade” (p. 293).

Foucault (2005) define o seu método como o empreendimento de *dessujeitar* os saberes históricos capazes de oposição à coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. “É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate” (p. 14). A genealogia, neste sentido, se opõe ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias (Foucault, 2013).

Ao mesmo tempo, o filósofo dedicou-se a análise do poder implicado na constituição do sujeito moderno, o que incluiu analisar as formas de expansão do poder psiquiátrico, a constituição de dispositivos sobre a sexualidade e a formação de um poder sobre os corpos que denominou de biopoder. Este último foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo: o ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos, a elaboração de técnicas de poder que atuam em diversos níveis do corpo social, a hierarquização social que garante as relações de dominação e, entre outros, o crescimento dos grupos humanos em acordo com a expansão das forças produtivas (Foucault, 2005, 2012).

Para além da análise técnica sobre o método da psiquiatria em classificar as doenças, ou da psicologia em elaborar as escalas de inteligência e da psicanálise na análise do inconsciente, Foucault interessa-se pelas novas ordenações no campo discursivo que torna possível a emergência destes saberes e, mais tarde, pelas relações entre saber e poder que torna possível a elaboração dos regimes de verdade sobre os sujeitos:

Tratar-se-ia da genealogia dos regimes veridicionais, isto é, da análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso, o discurso em que se formula o direito e em que formula o que pode ser verdadeiro ou falso; de fato, o regime de veridicação não é uma certa lei de verdade [mas sim] o conjunto de regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos (Foucault, 2008, p. 49).

Estes direcionamentos contribuem para a nossa compreensão do processo de expansão do poder psiquiátrico no Brasil. Assim, nossa análise baseou-se primeiro na descrição das proposições teórico-conceituais apresentadas nos textos. Em seguida, analisamos suas implicações sociais relacionadas aos processos de normatização da



sexualidade infantil e do ajustamento dos sujeitos. Assim, dedicamo-nos a refletir sobre as relações entre a infância e a sexualidade infantil como conceitos importantes para a elaboração de elementos sociais normativos no Brasil durante os anos de 1930.

A técnica da Psicanálise infantil

O artigo *A tecnica da Psychanalise infantil* foi publicado nos Archivos no ano de 1933. Trata-se de um excerto da conferência *A Psychanalise infantil e sua importância na hygiene mental e na pedagogia*, pronunciada após a solenidade de nomeação de Ramos como membro efetivo da LBHM.

Ramos inicia o artigo com uma afirmação que percorrerá todo o texto: “a Psychanalise de uma situação pedagógica, de um ‘difícil’ escolar, não difere, em suas linhas geraes dos methods empregados na analyse dos sintomas neuróticos” (Ramos, 1933b, p. 195). Ainda assim, o autor reconhece que a psicanálise infantil teria seus próprios métodos e que estes estariam difundidos principalmente nas obras de Anna Freud, Melanie Klein, Mme Bonaparte, Sophia Morgenstern etc. É também nestas primeiras sinalizações teóricas que Ramos, seguindo os passos de Pfister, equiparou a psicanálise infantil a *pedanalyse*, ainda que nesse movimento estabelecesse algumas diferenciações entre o programa *minimum*, que consistia na diminuição dos sintomas, e *maximum*, que era “a libertação mais completa possível das cargas libidinais”, proposto por Sokolnicka. Seguindo essas referências, Ramos afirmava que os casos de pouca importância deveriam ser resolvidos pelos próprios mestres de formação psicanalítica, enquanto os casos difíceis, em que houvesse recalçamento profundo, seriam encaminhados ao psicanalista médico. Em resumo, a psicanálise integral, com a perfeita realização do programa, só poderia ser efetivada pelo médico psicanalista, pois assim se evitariam os perigos “que pode trazer a psychanalyse em mãos inexpertas” (Ramos, 1933b, p. 195).

Ao mesmo tempo, para os casos graves, seria necessário o diagnóstico médico prévio e, além disso, só se recorreria à análise quando houvesse graves riscos ao desenvolvimento do paciente. Neste sentido, Ramos aponta uma primeira questão a respeito da análise das crianças normais: se Pfister, ao contrário das proposições de Klein, sugeria que não haveria indicação de psicanálise e o educador deveria observar e recolher as possíveis falhas que pudessem encobrir um defeito mais profundo, Ramos também atribuiu ao educador o papel de decifrar os sintomas infantis que indicariam complexos mais profundos, mesmo nas crianças que apresentassem somente sinais discretos dos conflitos internos (Ramos, 1933b).

A *pedanalyse* profunda, assim definiu Ramos (1933b), compreendida como uma especialidade dentro da psicanálise, deveria tratar de uma personalidade ainda não



inteiramente desenvolvida. A criança assim era compreendida como um ser incompleto, dependente e em formação e no trabalho psicanalítico ela deveria ser primeiro preparada para a consciência sobre o sintoma e depois adquirir a vontade de se curar, o que a tornaria, segundo Ramos, a partir de sua leitura de Anna Freud, analisável.

A conquista da confiança no analista e a transformação de uma motivação exterior em motivos de ordem interior possibilitariam a verdadeira análise, que consistiria em um conjunto de técnicas que se diferenciavam do atendimento do adulto. Enquanto este se basearia nas narrativas do paciente, na interpretação dos seus sonhos, nas associações livres e na interpretação da transferência, na psicanálise infantil a interpretação dos sonhos e das fantasias diurnas, a associação livre, o brincar, os jogos infantis e os desenhos são as técnicas propostas.

A interpretação dos sonhos infantis ofereceria, segundo Ramos (1933b), magníficos resultados na análise infantil, e ele observou que esses sonhos são mais fáceis de interpretação que o dos adultos. E tal como os sonhos, as fantasias diurnas também ofereceriam ao psicanalista importante material para a compreensão da psique infantil.

O estudo dos jogos e dos brinquedos, desenvolvido por Melanie Klein, segundo Ramos (1933b) poderia proporcionar a observação das várias inclinações da criança.

Partindo da idéia que a acção é mais fácil do que a palavra, na criança, ella provoca o seu comportamento nos brinquedos, pondo a disposição do pequeno analysado um verdadeiro mundo em miniatura, tudo aquilo que constitue o objeto mais comum dos brinquedos infantis (p. 198).

Ao refletir sobre o jogo das crianças, Ramos referiu a descoberta do princípio de repetição por Freud como uma tendência da criança em repetir as situações perigosas, processo que agiria como ab-reações das experiências traumáticas. Ao mesmo tempo, nos jogos as crianças poderiam desempenhar papéis comumente inibidos pela educação ou pelo superego. Assim, o jogo auxiliaria na assimilação das imposições da educação e nas objetivações das fantasias na realidade dos brinquedos (Ramos, 1933b).

Ramos destacou ainda a importância da transferência para os pedanalistas “pois ella implica um fim educativo essencial, o que a faz diferir da transferência do adulto. Todo sucesso na educação – e isso é uma noção muito geral – depende dos sentimentos affectivos do alunno para o mestre” (Ramos, 1933b, p. 200). A criança faz do analista o objeto atual de seus antigos conflitos familiares, construindo uma nova neurose que a conduziria à cura. Seguindo as indicações de Anna Freud, Ramos definiu que ao analista caberia uma dupla função: analisar e educar tendo em vista o trabalho de profilaxia e a modelação do caráter normal, ambas apoiadas nos processo



de identificações das crianças. Considerando este aspecto, a educação de base psicanalítica deveria anteceder a análise na preparação da criança a um futuro harmonioso (Ramos, 1933b).

Isso implicaria nas observações e orientações sobre a sexualidade infantil. Deveria o analista “contribuir à formação de um super-ego normal, eliminando o excesso de sado-masiquismo introjectado. Cuidado com o onanismo infantil!” (Ramos, 1933b, p. 201). Ramos, apoiado em Anna Freud e Mme Bonaparte, quanto ao onanismo infantil escreveu que para os educadores é preciso não proibir, não encorajar, mas observar:

O onanismo da criança (aqui no sentido mais largo) percorre todos os estados da evolução da sua libido. O lactente suga seu polegar, o bebê tem prazer em suas excreções e nas sensações que lhe provocam, sem dúvida com uma intensidade crescente, seus órgãos genitais (onanismo propriamente dito). Tudo isso é normal e deve ser tolerado. Só uma fixação excessiva a um estado, a um modo de satisfação, ou ainda excesso de onanismo, deve despertar a atenção do educador esclarecido. Mas não é então com interdições, ameaças, que se corrigirá a sexualidade da criança. É preciso ir até a raiz psíquica da anomalia, empregar para este fim a única terapêutica causal que existe, uma psicanálise infantil (Freud & Bonaparte, citados por Ramos, 1933b, pp. 201-202).

Neste sentido Ramos traçou algumas observações sobre a relação entre a sexualidade infantil e a excitação das zonas erógenas dos escolares. Era importante evitar excitar as zonas erógenas das crianças, principalmente nas fases oral e anal, e desviar a energia libidinal para os jogos infantis; não mimar excessivamente as crianças, já que isso poderia incorrer no polo oposto ao recalçamento; evitar o que chamou de espetáculos sexuais do adulto, que levariam a criança a incorporar fortes e nocivas impressões sexuais (Ramos, 1933b).

A fase de investigação infantil sobre a sexualidade também era compreendida por Ramos como de grande importância, pois as fantasias que a criança construiria sobre a fecundação, o nascimento e a conjunção sexual deixariam fortes marcas em seu desenvolvimento. Assim, era conveniente “pois, instruir cuidadosamente a criança, nestes pontos, evitando que criados perversos, companheiros inexperientes da escola, etc., o façam de maneira desastrada e malsã. Não esquecer que a criança deve ser educada em função da realidade, das exigências futuras da sociedade” (Ramos, 1933b, p. 202).

Aos pais e educadores, Ramos (1933b) advertiu que não se deveria fornecer falsas noções, assim como deveriam ser evitados os silêncios, os tabus que em torno da sexualidade provocariam as inibições “que tendem a entravar o ser humano na luta pela existência” (p. 202). Para Ramos, Porto-Carrero resumiu a questão em uma



forma que considerou magistral: a educação sexual deve ser oportuna, leal, inteira e dosada. Assim, seria preciso “substituir o mistério do sexo pela verdade do sexo”.

Em uma última etapa da análise e orientação, escreveu Ramos, seria preciso considerar o processo de sublimação, que no campo pedagógico amplo e de base psicanalítica, completaria assim o problema das identificações. Na criança, o brinquedo seria a primeira atividade de sublimação e, desta forma, o brincar deveria indicar, através de uma observação cuidadosa, as sinalizações para a avaliação da escolha da profissão futura. Os jogos infantis e a prática esportiva, enquanto atividades de sublimação, proporcionariam o desvio das pulsões agressivas para atividades compatíveis com as exigências sociais (Ramos, 1933b).

Em última análise, seria preciso conduzir a libido para as atividades do trabalho e das mais elevadas conquistas morais do indivíduo. Ainda que outras atividades possam significar uma válvula de segurança para os instintos, conforme escreveu Ramos (1933b), a sublimação mais perfeita deve ser para um trabalho de rendimento à comunidade.

A tarefa do educador é adivinhar logo cedo as sublimações para que tendem as forças instintivas de cada criança, qual será esse trabalho social que deve ser escolhido não como uma tarefa pesada e desagradável, mas com alegria, com participação de toda a personalidade, pois que ele tem raízes instintivas, tendências elementares que se transformam por via da sublimação (p. 204).

Os furtos dos escolares

O artigo *Os furtos dos escolares* foi publicado em 1934, no terceiro volume daquele ano dos Archivos. Nele, como fica de imediato esclarecido, Ramos tratou do problema do furto infantil sob a perspectiva da psicanálise, o que não deixou de lado as críticas ao que chamou de velha escola, “officina demoníaca de inibições e atravancamentos psychicos” (Ramos, 1934, p. 229).

Desta forma ele tratou a educação que se baseava nas proibições e encarcerava as crianças na lógica dos adultos. A negação e os castigos físicos como afirmações negativas, conforme Ramos, estavam em oposição dinâmica ao inconsciente, onde não há proposições negativas e onde se constituiriam os primeiros núcleos de “inibição ansiosa”. “O adulto cavalgou a pobre criança; fez desabar em cima dela o seu próprio inconsciente recalcado; negou-se a ‘olhar’ a realidade; e ‘creou’ os problemas infantis” (Ramos, 1934, p. 229). Ao mesmo tempo, Ramos apontou o mascaramento que este problema sofreu: os adultos não compreenderam os problemas das crianças e recorreram às leis da hereditariedade e aos fatores



orgânicos catalogados nas páginas dos livros (Ramos, 1934). Afirmção que não deixa de explicitar sua crítica às teorias da degeneração.

Ramos, ao citar Freud e Adler, fez entrar em cena a noção de inconsciente e causalidade psíquica como forma de ultrapassar as determinações reducionistas para a classificação do comportamento infantil normal e anormal, para inserir uma dimensão de finalidade do sintoma infantil e, em última análise, para fins de correção e orientação.

Neste sentido, dedicou-se a compreender o dinamismo psíquico no furto dos escolares, observando que as ameaças, os castigos físicos e os sermões não corrigiriam os comportamentos e, na verdade, a criança “volta a furtar para se livrar do tormento interior, como raciocínio de justificação” (Ramos, 1934, p. 230). O que significaria que os furtos tinham uma significação simbólica e quase sempre implicavam na compensação de um afeto perdido ou ausente (Ramos, 1934).

Como argumento para sua hipótese, Ramos mencionou os estudos de Alice Friedmann sobre o furto dos escolares, em que a autora identificou que quase todas as crianças eram filhas adotivas que viviam em ambientes familiares inadequados, nos quais a criança quase sempre estava submetida à falta de afeto e tentava obter de maneira inadequada o que lhe negaram na vida familiar (Ramos, 1934).

Ramos então apresentou quatro observações clínicas. Na primeira relatou o caso de uma menina de onze anos, adotada, que furtava dinheiro na sua escola e em sua casa repetidas vezes durante todo o ano. Com o dinheiro comprava adornos e guloseimas e, apesar de submetida aos castigos de pais e professores, a menina continuava a repetir os furtos. A menina havia sido adotada aos três anos por um casal sem filhos. Oito anos depois, o casal teve seu próprio filho, ao qual dedicou atenção e carinho. Os furtos tiveram início nesta ocasião e, segundo Ramos, eram os substitutos dos carinhos perdidos e possuíam origens ainda mais longínquas: a primeira negação do carinho tinha sido vivida pela criança logo após a morte de sua mãe, aos seus dois anos. As guloseimas seriam o reencontro com o seio materno e os adornos seriam tentativas de diminuir o sentimento de ser rebaixada frente aos colegas (Ramos, 1934).

A segunda observação, de um menino atendido por Porto-Carrero, e que havia furtado uma moeda. O menino não confessou o ato quando a culpa recaiu sobre outro e ao invés disso, escondeu a moeda e a visitava diariamente, até que uma semana depois a recolheu e gastou a quantia. Ramos (1934), seguindo os passos do psicanalista carioca, atribuiu o comportamento ao Complexo de Édipo, já que o menino dormia com sua mãe, separada do marido, e experimentava contatos excitantes e “de aspectos não menos eroticos, diante dos quaes era força reprimir a libido infantil” (p. 231).



Embora, sob muitos pontos de vista, fosse ele como o verdadeiro esposo, pois que era o companheiro de cama e mesa daquela mulher sem marido, contudo a sua libido esbarrava ante a censura da idade e da organização social; a criança ingenuamente, representava o papel do marido, sem as vantagens integraes (Ramos, 1934, p. 232).

O terceiro caso a ser observado foi atendido no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental dirigido pelo próprio Arthur Ramos. Era de uma menina que várias vezes foi surpreendida furtando pequenos objetos e quantias de dinheiro na escola. Segundo as observações de uma enfermeira, tratava-se de uma boa menina que adquiriu este “feio vício” e que, a despeito das repreensões, continuava a cometê-lo.

Do ponto de vista orgânico, escreveu Ramos (1934), ele não encontrou qualquer anormalidade. A menina apresentava-se dócil e quieta, abatida e triste. Os furtos começaram após a separação de seus pais. “A mãe, egoísta e narcisista, não tem o menor interesse affectivo pela filha” (p. 232). Esta, sentindo-se escoraçada, odeia os professores, que se parecem com sua mãe, e furta os objetos para fazer mal à professora da classe. Ao mesmo tempo, o furto seria um substituto do carinho que a criança perdeu. Os castigos nada melhorariam: “a correcção deste caso não consistirá em castigos e ameaças, mas em esclarecer convenientemente paes e mestres, no sentido de proporcionarem à criança um affecto, um carinho, uma assistência moral e material, indispensáveis ao seu correto desenvolvimento psychico” (p. 233).

A quarta observação tratava de um furto único cometido por um menino “vivo e inteligente” de 10 anos. Além dos pequenos desvios notados pela professora, o menino apresentou uma nota de valor alto, que alegava ter encontrado na porta de um boteco. O menino compra bombons e distribui entre seus colegas. Em casa descobriu-se que a mesma quantia havia desaparecido da carteira de sua tia. Depois de alguma insistência, o menino confessou à professora o furto. Na análise do caso, Ramos destacou novamente que a origem do furto estava na perda de afeto e no abandono dos pais: Ramos insistiu no caráter simbólico do furto, na representação da agressão contra a família incapaz de compreender as demandas afetivas da criança.

Esclareço a situação de B. à professora de sua classe e a uma pessoa da família que compreende perfeitamente a situação. E apresento-lhe as duas soluções para o caso de B.: - ou corrigir o ambiente familiar, com modificação da atitude affectiva para o menino, ou, se isto não fôr possível, retiral-o do meio para outro mais favorável (Ramos, 1934, p. 234).

Em resumo, Ramos definiu o furto infantil como a expressão simbólica do dinamismo psíquico infantil e não como a expressão de uma perversão de caráter grave ou hereditária. Ao mesmo tempo, as restrições impostas pela força, o descuido



e os maus tratos provocariam na criança as tentativas de compensação da falta percebida.

A criança é sincera e registra invariavelmente as mentiras que lhe pregam os adultos. Não mentir às crianças. Corrigir, esclarecer e orientar. Alegria. A criança feliz não terá angústia interior. E não há de furta, porque tudo estará harmônico e completo (Ramos, 1934, p. 235).

A educação física elementar (sob o ponto de vista da caracterologia)

O artigo é a transcrição de um trabalho apresentado no VII Congresso Nacional de Educação, quando Ramos defendeu que a educação física elementar, para além de uma preparação técnica para os esportes ou jogos escolares, era parte de um sistema global de educação que asseguraria o desenvolvimento intelectual, a saúde física e moral normal. Assim, a educação física faria parte do programa de higiene mental e de ortofrenia.

Ramos (1935) considerou que um problema central que a educação física apresentava aos educadores e aos higienistas era a distribuição dos alunos em turmas seguindo os critérios cronológicos de idade, o que desconsideraria as possíveis diferenças morfológicas e caracterológicas entre os escolares. O autor afirmou que, quanto ao desenvolvimento intelectual, se investiga o grau de maturidade e aprendizagem e que deveria ser natural que se procedesse da mesma forma na educação física "tendo-se em vista os graus de desenvolvimento físico, a estrutura morfológica correspondente e as qualidades de reação temperamental e caracterológica do escolar" (Ramos, 1935, p. 04).

Considerando que os exercícios físicos também visavam o aperfeiçoamento das funções psíquicas isoladas, Ramos elaborou uma breve crítica à psicologia funcionalista e reconheceu as contribuições da psicanálise, do comportamentalismo e da Gestalt-teoria. No entanto, além destes saberes, que implicariam tentativas de construção de uma compreensão global dos atos e do psiquismo humanos, Ramos destacou a caracterologia como uma nova ciência que se dedicaria ao estudo da personalidade total e que lançaria bases para a compreensão da "machina humana" em três aspectos fundamentais: morfológico, temperamental e psíquico.

A educação física seria um esforço técnico parcial do fenômeno único e deveria dirigir-se à personalidade do educando, considerando as relações entre o físico e o psíquico, a forma e a função. Conforme Ramos (1935), "a vida é um processo total, onde não há partes independentes; todos os estados e processos só são possíveis dentro de uma conexão universal, formal e funcional" (p. 06). Desta forma, afirmou



que não basta a fórmula behaviorista do S-R na explicação das reações humanas, já que a Gestalt já havia mostrado que não existiriam estímulos simples que despertassem as reações humanas: "Ha acontecimentos vividos (Erlebings) que se estruturam. Ha vivencias; ha traumas, ha complexos (...) essa estruturação vae determinando posteriormente, uma modalidade pessoal, total, de reação a qualquer estímulo futuro" (Ramos, 1935, p. 06).

Considerando que as experiências dos educandos marcam suas reações e a formação de sua personalidade, o trabalho da educação física seria o de prevenir a ação de "valencias negativas", que seria o equivalente ao, no campo psicanalítico, evitar a formação de complexos (Ramos, 1935). Mais tarde, com a maior estruturação da personalidade, os educadores deveriam dedicar-se ao trabalho de adaptação dos exercícios físicos aos tipos de personalidade, não somente por idade: "elle pedirá então o auxilio do anthropologo, do psychologo, do hygienista, para a definição daquela personalidade, no plano physico e no plano psychico – em syntese, para a definição caracterológica" (Ramos, 1935, p. 07). Desta forma, o trabalho da educação física estaria incompleto se não se dedicasse aos aspectos inseparáveis que integram o conceito caracterológico.

Na relação entre a personalidade e a adaptação aos exercícios, Ramos destacou a importância do brincar na criança pré-escolar. Retomou a proposição de que o jogo infantil seria uma preparação para as atividades futuras do adulto. Não há no jogo infantil apenas desejos, esperanças e ensaios preparatórios, nos jogos as crianças desempenham papéis em situações onde se mostram narcisicamente interessadas (Ramos, 1935). Ainda dois aspectos seriam fundamentais para a compreensão do jogo infantil: o princípio do prazer e o princípio de repetição. Neste sentido, "quando bem orientado, o jogo facilita a assimilação dos principios educativos, quando estes são orientados convenientemente" (Ramos, 1935, p. 10).

Em resumo, a higiene mental, e a educação física de forma complementar, deveriam trabalhar para evitar que se acrescentem vivências negativas no processo de formação da personalidade e, ao mesmo tempo, dedicar-se à correção das estruturas resultantes das experiências negativas.

Considerações finais

A análise da constituição dos discursos psicológicos no Brasil nos revela os impasses que existiram entre os intelectuais brasileiros que, influenciados por autores europeus e americanos, precisavam responder às dúvidas sobre a identidade e o futuro do país: seria o Brasil o país do passado?



Nesta perspectiva, a recepção dos saberes psicológicos, aqui especialmente o discurso psicanalítico, não pode ser considerada em uma única linearidade e nem mesmo livre das controvérsias entre os discursos científicos que procuravam se legitimar como a voz em direção ao futuro. Em ruptura com as teorias sobre a degeneração da raça, a psicanálise, na perspectiva de Ramos, sinalizava a possibilidade de superação dos elementos irracionais ou primitivos da sociedade, como o pensamento pré-lógico e o fetichismo religioso.

No caso da LBHM, vimos que a psicanálise era compreendida como parte do saber propedêutico para a psiquiatria e a higiene mental e figurava ao lado dos saberes e proposições eugenistas: “a psicanálise se apresenta menos como uma alternativa à psiquiatria puramente organicista, classificatória e incapaz de apresentar uma solução ao tratamento das psicopatias, que como um método complementar às diferentes técnicas de cura existentes” (Oliveira, 2002. p. 02).

A adesão dos psiquiatras às teorias eugênicas, vistas como o elemento normativo para a modernização do país e a saída aberta para a construção do futuro, e o seu entusiasmo em relação às leis nazistas de higiene racial, não deixaram de fazer circular os discursos psicológicos, que também continham elementos normativos, mas retiravam de cena o componente racial e denunciavam as difíceis condições histórico-sociais a que estava submetida boa parte da população, inclusive no que se refere ao desenvolvimento da inteligência (Pernambucano & Barreto, 1930). Condições que interfeririam ainda na vida psíquica dos sujeitos, assim como as violências no âmbito familiar e escolar, como produtores de traumas psíquicos que, por sua vez, condicionavam a formação da neurose e, portanto, do desajustamento social.

Quanto à modernização do país, dois momentos parecem marcar no campo da psiquiatria brasileira e a promessa de uma nação do futuro: a abertura dos manicômios, ainda no século XIX, e as elaborações sobre a infância e a sexualidade infantil como móvel preventivo para a higiene mental. Estas últimas ganharam importância nas campanhas higienistas que demandavam a elaboração de um modelo de disciplinarização e controle dos sujeitos e das práticas sociais, e que fez emergir a psicanálise como um esforço civilizador-educativo (Oliveira, 2002). Assim, “a psicanálise aparece aí, utilizada por psiquiatras, médicos legistas, mas também pedagogos, higienistas, criminologistas, como um poderoso instrumento nessa revolução educacional (ou civilizatória)” (Russo, 1998, p. 91).

Ao mesmo tempo em que a psicanálise encontrou no solo do higienismo uma das possibilidades de sua emergência e de circulação de seus saberes e noções fundamentais, o que também a tornou sensível principalmente às críticas sobre o



pansexualismo⁶, a psiquiatria encontrou através do saber psicanalítico mais uma maneira de se inserir nas mínimas dimensões da vida cotidiana. O elemento normativo e disciplinar relacionado à infância e à sexualidade infantil foi um dos fatores, assim como a necessidade de considerar o corpo social como objeto de intervenção e a necessidade de campanhas preventivas para defender a sociedade, fundamentais para a extensão do poder psiquiátrico para além dos muros asilares.

No entanto, conforme Russo (1998), “a disciplina, porém, se contrapõe às formas tradicionais de moralidade, exigindo atitudes liberais, livres de preconceitos e falsos tabus” (p. 98). Neste sentido, alguns dos psiquiatras e higienistas da LBHM denunciavam o caráter permissivo que supostamente o liberalismo inseriu na cultura brasileira. A permissividade colocava em segundo plano, para estes, a própria ciência que deveria livrar-se da consciência moral e reestabelecer seu progresso pela via da neutralidade. Pois, vemos que pelo menos dois modelos normativos circulam durante a década de 1930: um normativo-autoritário, que ganha maior expressão nas estratégias eugênicas enquanto condutora para a construção de um novo caráter nacional e revelava o desejo de uma identidade una, e um modelo disciplinar-vigilante.

Sobre este último, onde é possível localizar a perspectiva de Ramos, Foucault (2012) escreveu que desde o século XVIII emergiu uma nova incitação política, econômica e técnica para falar da sexualidade que se fundou não na repressão moral ou religiosa, mas na constituição de um discurso racional sobre a sexualidade que conduziu a novas classificações e especificações. Foi preciso fazer multiplicar os discursos sobre a sexualidade e tornar cotidiana a atuação do dispositivo da sexualidade para que se consolidasse em torno das sensações corporais e nos modos de condução dos prazeres o uso de técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. “É a penetração e o controle do corpo individual e social” (Castro, 2016, p. 401).

A infância e a sexualidade infantil ao mesmo tempo eram fatores que condicionavam a possibilidade de futuro do país e se ofereciam como perigo ao esgotamento dos sujeitos e a prevalência dos elementos irracionais, selvagens. Estas noções sobre os perigos de ordem física e moral, coletivos e individuais, definiu as crianças como seres limiares e, sob essa demarcação, pais, educadores, médicos e psicólogos deveriam, como advertiu Ramos em seu artigo sobre a técnica analítica,

⁶ Conforme Roudinesco e Plon (1998), o termo pansexualismo surgiu após a publicação dos Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, em 1905, e se estendeu a todos os países onde a psicanálise foi implantada. Ele é utilizado pejorativamente para designar a doutrina freudiana da sexualidade, entendida como “categoria de uma causalidade única, tanto porque ela recusaria qualquer explicação do psiquismo fora da etiologia sexual quanto pelo fato de que se pretenderia universal, isto é, aplicável a todas as culturas e indivíduos” (p. 567).



dedicar-se com cuidado à vigia e à correção das crianças. A infância tornou-se, portanto, um problema não só médico-educacional mas, político.

Conforme advertiu Foucault (2012), ao analisar os discursos sobre a sexualidade, Todos deveriam se encarregar continuamente do germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo. A pedagogização da sexualidade se manifestou principalmente na guerra contra o onanismo e que não se tratava somente de uma moralização preparatória para uma vida adulta saudável, mas antes de uma noção de somatização, de uma patologização que se apoiava em três diferentes processos: a ficção da doença total, a fabulação científica das causas da doença total e a constituição do corpo doente (Foucault, 2010, 2012). Assim,

A masturbação, por obra e injunção dos próprios médicos, está se instalando como uma espécie de etiologia difusa e geral, polimorfa, que permite referir à masturbação, isto é, a certo interdito sexual, todo o campo do patológico, e isso até a morte (Foucault, 2010, p. 209).

Com isso, a psiquiatria tornou psiquiátrica toda uma série de condutas, de desordens, de ameaças e de perigos que eram da ordem do comportamento e não mais do campo do delírio, da demência ou da alienação mental (Foucault, 2010).

As análises de Foucault sinalizam de maneira geral o processo que ocorreu no mundo ocidental. Mas, ainda é preciso nos dedicarmos às particularidades do que aconteceu no Brasil, país que se localizava na periferia da produção científica e capitalista.

Como vimos, nos anos de 1920 e 1930, o discurso médico psiquiátrico, de maneira geral, fundamentou-se na concepção higienista de desvio físico e psíquico e centrou suas ações nas noções de prevenção e educação. Essa geração de médicos teve como missão a elaboração de campanhas e ações profiláticas tendo como objetivo a correção dos comportamentos e o direcionamento adequado da energia psíquica.

Arthur Ramos apresenta-nos uma concepção de criança que a distingue dos adultos, fazendo-a possuidora de um universo simbólico próprio. Ao mesmo tempo, o fracasso escolar, assim como o furto e outros sintomas infantis, estariam ligados à conduta dos adultos sobre as crianças: o abandono ou a exposição da criança às atividades eróticas dos pais, os castigos e as humilhações (Abrão, 2008). Para Ramos (1933b), isso resultava na análise de que as crianças não poderiam ser classificadas de imediato como perversas ou degeneradas, o que estava em oposição à educação punitivista e ao biologicismo da psiquiatria.

Por outro lado, mesmo que rompesse com a lógica dos castigos e apontasse as causas da neurose infantil nas atitudes dos adultos sobre as crianças, o que naquele momento significava a abertura para novas reflexões sobre a educação no Brasil,



Ramos também aderiu à elaboração de normativas para a observação do comportamento infantil e para a aplicação de técnicas corretivas. A psicanálise se constituiria, em última análise, como técnica para o ajustamento dos indivíduos às demandas sociais, assim como para tornar a criança feliz e livre de angústia interior (Ramos, 1934). Portanto, nas elaborações de Ramos, encontramos duas proposições quanto ao sujeito e a técnica psicanalítica: a elaboração dos complexos deveria implicar no ajustamento dos sujeitos; os sintomas estariam relacionados com as experiências de vida que perturbariam o desenvolvimento harmonioso da personalidade.

Se a história pode “permitir uma compreensão maior da realidade presente pela recorrente problematização histórica dos temas que se encontram atualizados, no corpo social, num dado momento do tempo” (Portugal, Fachinetti & Castro, 2018, p. 20), e isso pode ser potente na elaboração dos discursos e saberes atuais da psicologia, sobretudo quando nesta mesma produção nos debruçamos sobre a dimensão política dos saberes, resta-nos muitas perguntas sobre o seu passado. Uma delas, neste momento nos parece fundamental: poderia Ramos em suas elaborações teóricas e proposições técnicas, escapar ao elemento higienista e normativo?

Referências

- Abrão, J. L. F. (2008). A introdução das idéias relativas à psicanálise de crianças no Brasil através da obra de Arthur Ramos. *Memorandum*, 14, 37-51. Recuperado em 25 de maio, 2019, de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6691>
- Agamben, G. (2014). *O que é um dispositivo? e O amigo*. Chapecó, SC: Argos.
- Carone, E. (1974). *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel.
- Carvalho, J. M. (2015). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Costa, J. F. (2006). *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Dutra, E. F. (2012). *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. Belo Horizonte: UFMG.
- Faé, R. (2004). A genealogia em Foucault. *Psicologia em Estudo*, 9(3), 409-416. [dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000300009](https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000300009)



- Fontenelle, J. P. (1925). Hygiene mental e educação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 1(1), 1-10.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade* (M. E. Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1976).
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1979).
- Foucault, M. (2010). *Os anormais* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1975).
- Foucault, M. (2012). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. g. Albuquerque, Trad.s). São Paulo: Graal. (Original publicado em 1976).
- Foucault, M. (2013). Nietzsche, a genealogia, a história (E. Monteiro, Trad.). Em M. B. Motta (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento: ditos e escritos II* (pp. 273-295). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1971).
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holanda, S. B. (2014). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Liga Brasileira de Hygiene Mental [LBHM]. (1925). Editorial. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 1(1), 1.
- Liga Brasileira de Hygiene Mental [LBHM]. (1933a). Factos e comentários. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 4(3), 257-260.
- Liga Brasileira de Hygiene Mental [LBHM]. (1933b). Factos e comentários. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 6(4), 327-335.
- Liga Brasileira de Hygiene Mental [LBHM]. (1934). Factos e comentários. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 7(1), 48-57.
- Machado, R., Loureiro, A., Luz, R. & Muricy, K. (1978). *Danação da norma : medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Oliveira, C. L. M. V. (2002). Os primeiros tempos da psicanálise no brasil e as teses pansexualistas na educação. *Ágora*, 5(1), 133-154. [dx.doi.org/10.1590/S1516-14982002000100010](https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000100010)
- Pernambucano, U. & Barreto, A. P. (1930). Ensaio de aplicação do Test das 100 questões de Ballard. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 3(9), 313-346.



- Portugal, F. T., Facchinetti, C. & Castro, A. C. (2018). Por que fazer uma história social da psicologia? Em F. Portugal, C. Facchinetti & A. C. Castro (Org.s). *História social da psicologia* (pp. 11-22). Rio de Janeiro: Nau.
- Radecki, W. (1925). Hygiene mental da criança baseada sobre as leis da psychologia. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 1(1), 11-89.
- Ramos, A. (1933a). *Psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Ramos, A. (1933b). A technica da psychanalyse infantil. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 6(3), 195-205.
- Ramos, A. (1934). O furto dos escolares. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 7(3), 229-235.
- Ramos, A. (1935). Educação physica elementar (sob o ponto de vista da caractereologia). *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 8(1), 3-12.
- Ramos, A. (1937). *Loucura e crime*. Porto Alegre: Globo.
- Ramos, A. (1942). *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Ramos, A. (1954). *A criança problema*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- Ramos, A. (2008). *Introdução à psicologia social*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1936).
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro & L. Magalhães, Trad.s). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1997).
- Roxo, H. (1939). Problemas de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 12(3), 49-51.
- Russo, J. A. (1998). Raça, psiquiatria e medicina-legal: notas sobre a "pré-história" da psicanálise no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 85-102.
[dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000200006](https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200006)
- Schreiner, A. (2005). Uma aventura para o amanhã: Arthur Ramos e a neuro-higiene infantil na década de 1930. Em L. F. D. Duarte, L. F. Dias, J. Russo & A. T. Venancio (Org.s). *Psicologização no Brasil: atores e autores* (pp. 151-166). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Schwarcz, L. M. (2017). *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tamano, L. T. O. (2013). *Arthur Ramos e a mestiçagem no Brasil*. Maceió: EdUFAL.



Veiga-Neto. A. (2009). Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*, 34, 83-94. [dx.doi.org/10.15210/caduc.v0i34.1635](https://doi.org/10.15210/caduc.v0i34.1635)

Nota sobre os autores

Fernando Figueira Nascimento. Psicólogo Social, trabalhador no campo da Saúde Coletiva. Mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorando pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – Programa de Psicologia Social e do Trabalho. Integra a Coordenação da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRPASO. E-mail: fernandofigueira76@hotmail.com

Belinda Piltcher Haber Mandelbaum. Psicanalista e Professora-associada do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, onde coordena o Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade e o Grupo de Pesquisa sobre História da Psicanálise no Brasil. E-mail: belmande@usp.br

Data de recebimento: 29/05/2019

Data de aceite: 28/09/2019